

Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade*

Pedro de Lemos MacDowell*

Palavras-chave: Abjeção; Corpo e Espaço; Impureza e Purificação.

Resumo

A partir de pesquisa etnográfica realizada entre travestis que se prostituem nas ruas do Setor Comercial Sul, no centro do Plano Piloto, em Brasília, e de uma análise da política de urbanização do atual Governo do Distrito Federal, o trabalho pretende discutir a relação entre estruturas excludentes de subjetivação, produtoras de abjeções, e práticas igualmente excludentes de gestão e organização dos espaços urbanos. Nesse sentido, argumento que não apenas os corpos são lugares significados através de processos de exclusão e abjeção, mas também os corpos habitam e se distribuem em lugares geográficos marcados, em função da matriz que estabelece a relação poder/sujeição, pela exclusão e pela abjeção. O espaço é permeado pela mesma gramática que constitui os corpos; os espaços são (res)significados pelos corpos que os habitam, e os corpos são (res)significados pelos espaços em que habitam. Quando se agrava a relação assimétrica entre o valor imobiliário de um determinado espaço urbano (valorizado em função, sobretudo, de sua localização) e seu valor simbólico (desvalorizado em função, sobretudo, de sua ocupação), surge para o mercado a necessidade de “despoluí-lo”, satisfeita no caso em análise pelo exercício da violência.

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB).

Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade*

Pedro de Lemos MacDowell*

“Oran, pelo contrário, é uma cidade aparentemente sem suspeitas, quer dizer, uma cidade inteiramente moderna.”
(Albert Camus, *A Peste*)

1. A espacialidade dos corpos e a corporalidade dos espaços

Quando, no capítulo introdutório de *Bodies that matter* (1993), Judith Butler apresenta a noção central em sua obra de “corpos abjetos”, como excrescência performativa da estrutura simbólica a que se refere como “matriz heterossexual”, recorre a uma metáfora espacial:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (2000, 155).¹

A metáfora atende com precisão ao argumento da autora, explicitado no trocadilho presente no título, de que há “*bodies that matter*”², que “ao mesmo tempo se materializam, adquirem significado e obtêm legitimidade. Corpos que *não* importam são corpos ‘abjetos’. Tais corpos não são inteligíveis [...] e não têm uma existência legítima.”³ Corpos abjetos, portanto, são da ordem do “inóspito” e do “inabitável”, enquanto os corpos que pesam, em sua existência material, ocupam os espaços legítimos, os espaços que importam.

No entanto, a despeito da negação ontológica que os performatiza imateriais, ilegítimos e ininteligíveis, os corpos abjetos *existem*. Para a autora, “certos tipos de discurso produzem efeitos ontológicos [, sendo que o próprio] domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder” (apud Prins e Meijer, op.

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB).

¹ Transcrevo aqui a tradução de Tomaz Tadeu da Silva da introdução de *Bodies that matter* publicada com o título de “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’” (2000).

² “Corpos que pesam”, na acertada tradução de Silva, op. cit.

³ Prins e Meijer (2002)

cit.). Assim, podemos dizer que os sujeitos, construídos discursiva e performativamente, definem os limites de sua própria condição ontológica constituindo não-sujeitos, situados em um não-lugar no limiar da própria gramática que estrutura a vida social – a “matriz heterossexual” para Butler. Essa matriz, identificada por Rita Segato com o “patriarcado”, é “la matriz primigenia del poder, el primer registro o inscripción de la relación poder/sujeción en la experiencia social y en la vida del sujeto”⁴ (2003, 64). Corpos são, portanto, *lugares* habitados por discursos.

O que proponho aqui é argumentar que não apenas os corpos são lugares significados através de processos de exclusão e abjeção, mas que também os corpos habitam e se distribuem em lugares geográficos marcados, em função da matriz que estabelece a relação poder/sujeição, pela exclusão e pela abjeção. O espaço, “político e ideológico” nas palavras de Lefebvre (apud Soja, 1993, 102), é permeado pela mesma gramática que constitui os corpos; os espaços são (res)significados pelos corpos que os habitam, e os corpos são (res)significados pelos espaços em que habitam.

2. Corpos abjetos, lugares impuros

Em julho de 2006 iniciei meu trabalho etnográfico junto a travestis que se prostituem no Setor Comercial Sul, região central de Brasília, acompanhando semanalmente as atividades do programa de prevenção das DST/AIDS desenvolvido pelo Núcleo de Transexuais, Travestis e Transgêneros do Estruturação – Grupo LGBT⁵ de Brasília. O Núcleo é a única organização em Brasília que reivindica a representação político-identitária e a defesa dos direitos de pessoas transexuais, travestis e transgêneros. Apesar de incluídas na designação, contudo, nenhuma travesti participa

⁴ “A matriz primordial do poder, o primeiro registro ou inscrição da relação poder/sujeição na experiência social e na vida do sujeito” (Tradução livre).

⁵ LGBT: lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros. Aqui, na terminologia empregada pelo Estruturação, a categoria “transgênero” é entendida de forma semelhante à de “*trans*”, conforme utilizada por Benedetti, como compreendendo no mesmo termo todas as identidades (Benedetti utiliza a categoria “personificações”) de “gênero polivalente, modificado ou transformado” (2005, 17), incluindo transexuais e travestis. A orientação do Núcleo de Transexuais, Travestis e Transgêneros, no entanto, diverge dessa generalização, entendendo por transgêneros pessoas que “[vivem] a sua masculinidade e sua feminilidade de maneira indistinta, indiferente” (Stefani, 2007), enquanto transexuais seriam aquelas que se identificam com o gênero oposto ao que lhes fora culturalmente atribuído em função de sua anatomia, e travestis seriam aquelas que, embora provoquem em seus corpos modificações que as aproximam do gênero oposto à “expectativa” anatômica, não se identificam como homens ou como mulheres, mas simplesmente como travestis. Nenhuma dessas identidades se refere a orientação ou comportamento sexual, mas a “identidades de gênero”. Esse descompasso entre a orientação oficial do Estruturação e a do Núcleo é sintomático da (in)visibilidade que transexuais, travestis e transgêneros costumam ter no movimento LGBTTTT em geral.

atualmente das reuniões e ações do Núcleo, que tem uma mulher transexual como coordenadora. Embora os movimentos organizados de travestis tenham crescido significativamente na última década e alcançado importante expressão nacional e em vários estados do Brasil⁶, não têm representatividade em Brasília. Depois de um período de aproximação ao campo facilitado pelo apoio do Núcleo, segui frequentando o espaço na condição de pesquisador.

A definição de um grupo em termos identitários, ainda especialmente quando abrange pessoas oriundas de diversas localidades, com histórias e desejos muito distintos, é sempre problemática, uma tarefa incompleta. Em evento recente, que reunia militantes e acadêmicas/os de vários lugares do Brasil em torno de discussões relacionadas à homofobia, às identidades e à cidadania LGBTTT⁷, as/os participantes da mesa intitulada “Travestilidades e Transexualidades”, composta por uma militante transexual, uma militante travesti, uma antropóloga e um psicólogo travaram um instigante debate em torno das possibilidades e limites das políticas identitárias. Interessante observar que enquanto as/os acadêmicas/os buscavam, ainda que com cuidado, chegar a definições mínimas das identidades em questão, especialmente pela necessidade estratégica de estabelecer um vocabulário para diálogo e barganha junto ao Estado, as militantes enfatizavam não apenas as especificidades que diferenciam transexuais e travestis mas a ampla heterogeneidade que marca ambos os grupos.

Não é minha intenção neste trabalho discutir essas especificidades⁸, até porque, ao tomar como referência o ponto de vista da norma, ou mais especificamente de quem, supondo-se em conformidade com a norma, atribui à/ao “anormal” categorias derivadas de seu olhar próprio, exterior, exotizante⁹, entendo que travestis e transexuais (e possivelmente outros atores e atrizes) são muitas vezes vistos como “a mesma coisa”¹⁰. O “abjeto” o é sempre em referência à perspectiva normativa. Se suponho aqui que os sujeitos se constituem por meio de exclusões, a partir de uma matriz excludente, e

⁶ O principal exemplo é a ANTRA – Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros, fundada em 2000 e atualmente presidida pela travesti Keyla Simpson, de Salvador-BA.

⁷ Refiro-me ao Seminário Homofobia, Identidades e Cidadania LGBTTT, que ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, nos dias 5 e 6 de setembro.

⁸ Para discussões mais amplas sobre as especificidades dos “gêneros” de travestis e transexuais cf. Benedetti (2005) e Bento (2006).

⁹ Cf. Ribeiro (2006) para uma oportuna relação entre exotização e erotização no processo de constituição de Sujeitos e seus Outros.

¹⁰ Benedetti (op. cit.) também aponta para a possibilidade de sobreposição entre as categorias de travesti e transexual em contextos específicos, sobretudo no exercício da prostituição.

ainda, que a norma matricial nunca é de fato plenamente alcançada, que o sujeito precisa sempre reafirmar sua condição de sujeito, em um constante processo reiterativo, então todas/os aquelas/es que em determinados contextos e sob determinadas perspectivas situam-se fora da norma serão igualadas/os na condição de não-sujeitos. Sujeitos e não-sujeitos são constitutivos uns dos outros, e essas posições muitas vezes circulam em função do contexto. Assim, por exemplo, uma mulher transexual que afirma sua identidade (e, parcialmente, a constrói) diferenciando-se das travestis (colocando-as em um lugar de abjeção), pode ser em outro momento (ou no mesmo) vista em lugar análogo por um homem heterossexual (que possivelmente não a diferenciara de uma travesti, identificando a ambas como “travecos” ou “veados”). E este mesmo homem pode ocupar um lugar de não-sujeito se, por exemplo, for negro. É claro que estes exemplos simplificam o caráter relacional e histórico (e, por que não dizer, dialético) dos processos de subjetivação, mas servem para indicar que o lugar do abjeto é sempre definido pelo olhar do sujeito, ainda que seja justamente o processo da abjeção que constitua o sujeito enquanto tal. Cabe, além disso, deslindar que o abjeto não se refere exclusivamente ao gênero dos corpos, mas a um lugar onde se cruzam muitos referentes que variam histórica e espacialmente, como raça, classe, etnia etc.

Ao recusarem a um só tempo a anatomia carregada de regras e as regras que atribuem significado às anatomias, elementos determinantes na base das normas discursivas que moldam os sujeitos, rejeitando a própria polaridade binária pela qual se manifesta a norma, as travestis situam-se (e são situadas) naquelas “zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’” a que aludira Butler. Na enunciação performática da norma de gênero que constitui os sujeitos e que atribui significado aos espaços que serão (e os que não serão) ocupados por esses sujeitos, as travestis aparecem como exemplos (críticos) do “exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (Butler, 2000, 156). Aparecem, portanto, como “memórias” vivas ameaçadoras das “presunções auto-fundantes do sujeito sexuado” (id., *ibid.*) e são, por isso, repudiadas, escondidas, negadas. Nesse sentido, entendo que é a semelhança ontológica, a memória de uma constituição compartilhada, fundamental, e não uma diferença irreconciliável o que motiva o repúdio a essas alteridades.

Suas presenças em lugares públicos, movimentados, especialmente durante o dia, em meio à multidão, provocam reações contrariadas. Suscitam piadas, agressões,

reclamações, e outras formas de violência e discriminação. Laura¹¹, travesti que mora em um quarto alugado a poucas quadras do Setor Comercial Sul, me conta que há alguns anos não faz compras no supermercado que fica a poucos metros de sua residência, desde que foi revistada por um segurança que a acusara indevidamente de furtar um produto. Naquela ocasião alguns/as clientes da loja a agrediram com insultos e comentários jocosos. Não foi a primeira vez que se sentiu constrangida em um espaço público, mas foi a “gota d’água”. Desde então paga a um vizinho, uma criança, para que lhe compre as provisões necessárias.

Cito o relato de Laura, mas muitas outras travestis me contaram histórias semelhantes, de constrangimentos vividos em ônibus, lojas, hospitais e postos de saúde, delegacias, escolas e espaços públicos, que as fazem evitar sair de casa no período diurno ou freqüentar lugares movimentados. Paula, uma militante transexual que também tem na prostituição a única fonte de renda, fala na sensação de viver uma “ditadura da noite”, que caracteriza não só o espaço, mas também o tempo (um sempre em relação ao outro) como regulado pela norma excludente. Trata-se da associação do dia à opressão por mecanismos tácitos de coerção social e a conseqüente restrição da vida social de pessoas transexuais e travestis ao período noturno, signo da prostituição (e, conseqüentemente, à rua como espaço de prostituição). É importante destacar que nem todas as travestis e mulheres transexuais se prostituem. Muitas exercem outras profissões e atividades. No entanto, é significativo o número de travestis (especialmente) que, não conseguindo outros tipos de empregos e atraídas não apenas pela possibilidade de bons rendimentos na “rua”, mas também pelas redes de sociabilidade que se formam entre travestis que se prostituem recorrem à prostituição como meio de sobrevivência. O caráter “ditatorial” da prostituição como imposição, aludido por Paula, é destacado pela associação generalizada feita pelo senso comum entre a condição de travesti e a prostituição. Some-se a isso que desde 2002 o próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) traz em sua Classificação Brasileira de Ocupações as categorias “travesti” e “transexual” como sinônimas de “profissional do sexo”, profissão identificada pelo código 5198-05¹².

¹¹ Os nomes que utilizo são fictícios.

¹² Em 20 de dezembro de 2006 o Núcleo de Transexuais, Travestis e Transgêneros do Estruturação encaminhou ofício ao MTE solicitando a retirada dos termos “travesti” e “transexual” como sinônimos da categoria “profissional do sexo”. O Ministério respondeu dizendo entender a reivindicação e se

A “rua”, como as profissionais do sexo se referem aos espaços públicos de prostituição, aparece muitas vezes como o principal lugar de socialização para as travestis. O mesmo afirmam, entre outros, Hélio Silva, em relação às travestis que se prostituem no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, “espaço onde residem, trabalham e criam inúmeras relações com outros atores sociais que [ali] também moram, trabalham ou freqüentam” (1993, 140); Larissa Pelúcio, para as travestis que se prostituem em São Carlos e São Paulo, ambas no estado de São Paulo: “É comum o processo de transformação das travestis se iniciar com a ruptura do mundo da casa, seguido pelo necessário apego ao universo da rua, onde encontram formas de sobrevivência e aprendem, ou potencializam, seu processo de transformação” (2005, 232); e Benedetti, para as travestis profissionais do sexo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: “A maior parte das travestis trabalha nas ruas da capital. Assim, as zonas de prostituição estão entre os principais pontos de encontro e sociabilidade entre as pessoas desse grupo.” (op. cit., 35).

O Setor Comercial Sul, em Brasília, como um dos principais pontos de prostituição de travestis na cidade, e o principal no Plano Piloto, é o espaço por excelência onde essas pessoas aprendem a construírem-se travestis, com suas histórias e subjetividades particulares, no contato com outras travestis, constituindo redes de sociabilidade e identificação com pessoas marcadas por histórias semelhantes de exclusão e abandono, além de construções próximas do gênero, dos corpos, da sexualidade. Constituídas como não-sujeitos (o que, em um Estado nacional moderno, equivale a dizer não-cidadãs), são privadas do direito “universal” à igualdade, que só podem encontrar entre “suas iguais”. É na rua, na zona de prostituição, espaço que ocupam como “único refúgio” diante do extremo controle que as constrange e as exclui de outros espaços “puros”, e portanto no espaço a que são destinadas pela abjeção de seus corpos, que estes emergirão com ainda mais força e significado, (res)significando o próprio espaço.

Nesse sentido, enquanto ocupado pelos corpos travestis – apenas na noite, portanto –, o espaço do Setor Comercial Sul é significado como “território”, de forma semelhante à que se refere Segato (2005a e 2005b) como uma nova forma de territorialidade. A autora afirma que, após a passagem de um período histórico onde o

comprometendo a realizar a modificação, o que não foi feito até hoje. Cf. o sítio <http://www.mteco.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198-05>, acessado em 23 de março de 2008.

soberano governava um *território* – “espacio de terra bajo el poder de un señor o monarca con todas las *cosas* que dentro de él se encuentran”¹³ (2005b, 6) – para um momento posterior, a partir do século XVIII, em que o poder soberano passa a ser exercido sobre a *população* – “la administración, en un régimen *pastoral*, de la vida del grupo humano que se asienta en un determinado territorio”¹⁴ (id., ibid.) –, período a que Foucault (2000) caracteriza como do domínio da *biopolítica*, nos encontramos agora em um terceiro período, onde a população vai se desacoplando do território, passando a constituir ela própria (com seus corpos e os emblemas que carregam) o território a governar: é o momento em que a gramática do poder vai definitivamente se introjetando na modelagem dos sujeitos.

O abjeto, incluído no domínio soberano justamente por sua exclusão (Agamben, 2004a e 2004b), situando-se no limiar do ordenamento jurídico, constitui para si as regras próprias de seu ordenamento territorial próprio, que só pode existir simultâneo à norma, e que só pode vigor onde estão presentes seus corpos. Assim, as travestis “llevan los marcadores territoriales a cuestras”¹⁵ (Segato, 2005b, 4): são seus corpos modificados por sua agência, histórias e uma linguagem compartilhada. Os corpos fazem o território, e o sobrepõem ao espaço que ocupam, mas também são marcadas, na pele (“o mais profundo”, para Paul Valéry) e nas subjetividades, pelos signos daquele espaço: quase todas as travestis que conheci em situação de prostituição têm seus corpos marcados por cicatrizes que recordam as inúmeras histórias de violência; muitas têm partes de seus corpos deformadas pelo uso inadequado de silicone industrial, aplicado com uma seringa quase sempre por outra travesti, normalmente a cafetina.

É também nesse espaço territorial que muitas travestis constroem seus modelos estéticos de corporalidade, em referência a outras travestis e aos desejos de seus clientes (entendo que a mídia também desempenha aqui papel fundamental). O corpo modificado é elemento fundamental de suas identidades. Maluf afirma que “o ‘autêntico’ [da travesti] é justamente o produto de sua criação, da intervenção de seu desejo, de uma agência própria” (2002, 146), que se manifesta em seu corpo “transformado, fabricado, que aparece e se afirma como corpo fabricado, não um corpo

¹³ “Espaço de terra sob o poder de um senhor ou monarca com todas as *coisas* que dentro dele se encontram” (Tradução livre).

¹⁴ “A administração, em um regime *pastoral*, da vida do grupo humano que se assenta em um determinado território” (Tradução livre).

¹⁵ “Levam os marcadores territoriais em seus corpos” (Tradução livre).

substantivo, objetificado, mas corporalidade, veículo e sentido de experiência” (id., ibid.). Aqui, o espaço comum de sociabilidade com outras travestis, frequentemente determinante nos caminhos da construção de seus corpos, volta a marcá-los historicamente.

Todos estes elementos fazem com que a presença noturna de travestis em um espaço como o Setor Comercial Sul, extremamente opressor durante o dia pela intensa circulação de pessoas, lhe atribua, aos olhos da sociedade hegemônica, o caráter de um lugar “impuro”. Seguindo Mary Douglas (s/d), o impuro, da mesma forma que foi dito para o abjeto, só pode ser apreendido pelo “prisma da ordem”, ou seja, pela perspectiva da norma. O impuro, para Douglas, “é o que não está em seu lugar, [...] é aquilo que não pode ser incluído se se quiser manter esta ou aquela ordem” (id., 54). O lugar impuro é, assim, evitado, escondido, repudiado. Em uma das ruas que dá acesso ao Setor Comercial, no vizinho Setor Hoteleiro Sul, um muro pintado com grandes letras vermelhas alerta: “Perigo, AIDS”, “Cuidado, HIV”, “Preserve-se, AIDS”. A doença, automaticamente associada aos corpos de travestis, opera aqui como signo do impuro, marca de temor e desprezo, que marginaliza, exclui, reprime e, em casos extremos, extermina os grupos e indivíduos identificados com o lugar da abjeção. É a senha para que o domínio da violência se instale naquele espaço de forma legitimada, como ato purificador.

3. Purificação pela violência

Não é de hoje que os espaços de prostituição são marcados por atos violentos, e o Setor Comercial Sul não é exceção. As etnografias já citadas sobre travestis em situação de prostituição, especialmente os trabalhos de Silva (op. cit.) e Benedetti (op. cit.), trazem não apenas casos exemplares mas também apresentam a violência como elemento constitutivo da “rua”. Há inúmeras histórias de violência praticada por policiais, por clientes, por anônimos, entre travestis, entre travestis e mulheres profissionais do sexo e outras/os atrizes e atores.

As forças policiais que patrulham a região do Setor Comercial Sul têm um largo histórico de participação ativa nas agressões a travestis e mulheres profissionais do sexo, que inclui atos de violência sexual, violência física em geral, extorsão, associação com cafetinas e cafetões para exploração do trabalho sexual e formas simbólicas de violência, conforme os relatos de profissionais da área com quem conversei. Há algum tempo, contudo, as travestis vêm se queixando de uma tática nova de intimidação, que

claramente visa expurgá-las daquele espaço. Trata-se do que chamam de “arrastões”, operações coordenadas pela Secretaria de Segurança Pública, portanto sob auspícios do Governo do Distrito Federal, com o nome de “Operação Moralização de Áreas Públicas”, envolvendo as Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e o Juizado de Menores, em que um grande contingente de policiais, a pretexto de “averiguação”, conduz em ônibus da Polícia Civil as profissionais do sexo para a delegacia regional, onde chegam a ser despidas e revistadas intimamente, segundo alguns relatos. Essas operações ocorreram semanalmente durante quase todo o ano de 2007 e, segundo relato de algumas travestis, o delegado plantonista garantiu em mais de uma ocasião que em pouco tempo não verá mais prostitutas no Setor Comercial Sul. Embora muitas travestis tenham afirmado que não deixariam a rua, não “fariam o jogo” das forças policiais repressoras, e seguiriam resistindo no local, é notório que há, desde o início das operações, um brutal e contínuo esvaziamento do espaço enquanto zona de prostituição.

Cabe dizer que o Setor Comercial Sul situa-se em área privilegiada de Brasília, no centro da cidade, com acesso pelo Eixo Monumental, a principal avenida da cidade, onde estão situadas as sedes dos principais órgãos administrativos do Brasil. Jornais impressos locais de grande circulação têm noticiado com frequência o “aquecimento” do mercado imobiliário no DF, e os valores dos imóveis e aluguéis têm sofrido inflação vertiginosa¹⁶. Na lógica especulativa do mercado imobiliário, cujas normas herméticas estabelecem o valor atribuído aos espaços urbanos, a presença de travestis e outros “abjetos” em uma determinada área compromete seu valor de venda, tornando-se absolutamente indesejada em períodos de intensa movimentação dos mercados.

A ação policial, nesse contexto, intimidando determinadas pessoas e exprimindo a intenção de retirá-las do local, expurga os corpos abjetos, as “impurezas” que contaminam o espaço, promovendo uma verdadeira ação higienizadora, purificadora. Na afirmação de Douglas de que “ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados” (op. cit., p.50), em plena conformidade com a leitura butleriana da afirmação da norma no expurgo do abjeto, penso que se pode encontrar uma chave

¹⁶ Cf., por exemplo, a reportagem “Aluguéis mais caros”, de página inteira, de autoria de Ricardo Allan, publicada no caderno de “Economia” da edição do *Correio Braziliense* de quinta-feira, 11 de outubro de 2007, p.18, um dia após a prisão de dez ativistas que participavam há mais de um mês da ocupação de um prédio abandonado há mais de uma década na 506 sul, quadra próxima ao Setor Comercial Sul. A detenção das/os ocupantes fora parcialmente notificada na edição da véspera, em uma pequena nota, e nenhuma informação nova foi publicada na edição de 11 de outubro. As/os ocupantes, entre outros motivos, especialmente o de transformar o espaço abandonado em um local aberto ao público, para práticas políticas e culturais, protestavam contra o avanço da especulação imobiliária.

explicativa para os frequentes “arrastões” policiais. A arbitrariedade e a violência que marcam essas ações, notadamente quando obrigam as travestis a se despirem diante da platéia policial na delegacia, exibindo as marcas que situam seus corpos em um lugar fora da norma, ou ainda quando insistem no uso de seus nomes de batismo masculinos, expõem o *status* de subumanidade que ocupam diante da ordem jurídica. Aparecem, nessas condições, situadas juridicamente na exceção da lei, indeterminadas, como vidas “abandonadas”, “vidas nuas”, como Giorgio Agamben (2004a) caracteriza os *homines sacri* do modelo ocidental contemporâneo de soberania; mas, à diferença destes, são matáveis e sacrificáveis. A violência praticada contra elas sempre cumpre a função de reforçar a condição de abjeção, geralmente incidindo diretamente sobre os signos de sua diferença: as marcas corporais e subjetivas que atestam a recusa da norma. Assim, a garantia do controle e do ordenamento do espaço se dá pela eliminação das impurezas que o ocupam de sua paisagem. A violência vem, aqui, restituir a pureza de um espaço maculado, assegurando seu valor (não apenas imobiliário, mas também simbólico).

Deriva desse modelo segregacionista dos espaços, que recorta a cidade com fronteiras muitas vezes invisíveis, mas rígidas, materializadas nos corpos ocupantes, aquilo a que Moura (2006) se refere como “cultura do medo”, que no limite leva a que se erija na paisagem urbana todo tipo de fortificações, como muros, cercas e câmeras de vigilância. A “vigilância que [pretende] inserir a previsibilidade e disciplinar o uso de espaços através da exclusão de usos espontâneos de espaços das cidades” (id., 6) incide simultaneamente sobre a previsibilidade e disciplinamento de corpos e comportamentos, exarcebando a um só tempo as fronteiras que demarcam espaços marcados por corpos e as que se interpõem entre corpos situados nos espaços. Como afirma Bauman (2006), o caráter plural, constitutivo da cidade, se perdeu em meio à profusão de fronteiras, que necessitam o estabelecimento de diferenças para se legitimarem, levando à prevalência da “mixofobia” frente à “mixofilia”, isto é, da aversão à integração com as diferenças frente ao desejo de mesclar-se com as diferenças. Brasília, cidade planejada, construída no centro do país como nova capital e principal marco de fundação de um ousado projeto de (re)construção da nação, baseado na modernização e no desenvolvimento da nação, erigido sobre a negação das relações de poder e alteridades historicamente constituídas, estruturadas no passado colonial e escravista do Brasil, nunca conseguiu dar conta de suas pretensões homogeneizantes e assépticas, essencialmente

incompatíveis com o caráter plural e heterogêneo dos centros urbanos¹⁷. Concluo com Bauman, acreditando que “podemos ser diferentes y vivir juntos, y podemos aprender el arte de vivir con la diferencia, respetándola, salvaguardando la diferencia de uno y aceptando la diferencia del otro”¹⁸ (id., 73).

¹⁷ Ver Holston (1993).

¹⁸ “Podemos ser diferentes e viver juntos, e podemos aprender a arte de viver com a diferença, respeitando-a, salvaguardando a diferença de cada um e aceitando a diferença do outro.” (Tradução livre)

Referências Bibliográficas:

- Agamben, Giorgio. 2004a. **Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I**. Belo Horizonte. Editora UFMG.
- _____. 2004b. **Estado de Exceção**. São Paulo. Boitempo.
- Allan, Ricardo. 2007. Aluguéis mais caros. **Correio Braziliense**, quinta-feira, 11 de outubro de 2007, 18. Brasília. Diários Associados.
- Bauman, Zygmunt. 2006. **Confianza y temor en la ciudad: Vivir con extranjeros**. Mallorca. Arcadia.
- Benedetti, Marcos Renato. 2005. **Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro. Garamond.
- Bento, Berenice. 2006. **A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro. Garamond.
- Butler, Judith. 2000. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. LOURO, Guacira Lopes (org.): **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte. Autêntica, 153-172.
- _____. 1993. **Bodies that matter: On the discursive limits of “sex”**. Nova York e Londres. Routledge.
- Douglas, Mary. S/d. **Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu**. Lisboa. Edições 70.
- Foucault, Michel. 2000. Aula de 17 de março de 1976. Do poder de Soberania ao poder sobre a vida... **Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo. Martins Fontes.
- Holston, James. 1993. **A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo. Companhia das Letras.
- Maluf, Sônia Weidner. 2002. Corporalidade e desejo: *Tudo sobre minha mãe* e o gênero na margem. **Revista Estudos Feministas**, vol. 10, nº1. Florianópolis. UFSC.
- Moura, Cristina Patriota de. 2006. A Fortificação Preventiva e a Urbanidade como Perigo. **Série Antropologia**, Nº 407. Brasília. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- Pelúcio, Larissa. 2005. Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, nº25. Campinas. Unicamp, 217-248.
- Prins, Baukje; MEIJER, Irene Costera. 2002. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, nº 1. Consultado em 15 de Outubro de 2007:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009.

- Ribeiro, Marcelo R. S. (2006). As tramas do gênero e a geopolítica do nome de *África*: Notas sobre exotização e erotização na cinematogrÁfrica. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 – Gênero e Preconceitos**. Anais. Florianópolis: UFSC. Consultado em 23 de março de 2008: <http://malembemalembe.ceart.udesc.br/textos/marcelorsribeiro2.pdf>.
- Segato, Rita Laura. 2005a. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **Série Antropologia**, N° 373. Brasília. Depto. de Antropologia, Universidade de Brasília.
- _____. 2005b. La faccionalización de la República y el paisaje religioso como índice de una nueva territorialidad. **Série Antropologia**, N° 376. Brasília. Depto. de Antropologia, Universidade de Brasília.
- _____. 2003. **Las Estructuras Elementales de la Violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Buenos Aires. Universidad Nacional de Quilmes.
- Silva, Hélio R. S. 1993. **Travesti: A invenção do Feminino**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, ISER.
- Soja, Edward W. (1993). **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Stefani, Andréa. 2007. A (o) Zeca, os gêneros e o mundo assistindo tudo incrédulo!. **Tribuna do Brasil**. Segunda-feira, 8 de outubro de 2007. Brasília.